

EM TEMPO!

Semanário Nacional • Ano III • nº 98 • 24/1 a 7 de fevereiro de 1980 • Cr\$20,00

**COMEÇA A
CAMPANHA**

**MULHERES
EXIGEM**

ABORTO LIVRE NO BRASIL

(Págs. 8 e 9)

**PT: O que fazer diante das
eleições de novembro?**

(pág. 3)

**Presos políticos continuam
greve de fome**

(Pág. 16)

**Contribuição à História
da Esquerda Brasileira**

**MR-8 (final): Da luta armada
aos dias de hoje**

(Págs. 12 e 13)

EM TEMPO — Fevereiro — 2 edições especiais

Aberto debate sobre a crise da imprensa alternativa (Pág. 2)

Lançada campanha pela legalização

Numa demonstração da ousadia e dinamismo do movimento feminista, um grupo de 40 mulheres cariocas, militantes do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro e do Centro da Mulher Brasileira realizou dia 16/1 a primeira manifestação em favor da legalização do aborto no Brasil. Foi em reação à prisão das jovens Marcia Dantas e Maria da Conceição Brito, acusadas de terem se submetido a aborto, do médico Carlos Roberto da Silva e da enfermeira Maria Ivone Schnitz, acusados de terem praticado estes abortos.

Por Ligia Rodrigues e Karen Leone

O grupo de mulheres se concentrou frente à Divisão de Capturas, na rua Marechal Floriano, no Rio, afim de protestar contra estas prisões e pedir informações sobre o paradeiro das jovens, supostamente presas na dita delegacia.

Informadas de que tal não era o caso, elas se dirigiram ao Palácio da Justiça, tentando levar seu protesto ao juiz Alberto Mota Moraes, ao qual o flagrante havia sido distribuído. O magistrado não permitiu a manifestação, expulsou as mulheres de seu gabinete e, mostrando sua "imparcialidade", declarou: "não admito solidariedade com atos criminosos. Felizmente, o aborto é proibido no Brasil." Ele acabou permitindo que as duas advogadas do grupo tivessem vistas ao processo ainda no mesmo dia.

Esta manifestação foi uma iniciativa conjunta do Coletivo de Mulheres e de algumas militantes do Centro da Mulher Brasileira, que redigiram o manifesto, distribuído à imprensa, e o submeteram, assim como a idéia da concentração de protesto, à Coordenação do movimento de mulheres do Rio (neste momento preparando o 1º Encontro da Mulher Carioca).

A ilegalidade do aborto

O ato mereceu da imprensa carioca, jornais e TVs, uma cobertura jamais antes concedida a nenhuma acontecimento ligado ao movimento feminista - no dia seguinte, o assunto ocupava um grande espaço em todos os jornais e a TV Bandeirantes o apresentou com destaque em seu jornal nacional.

Este interesse da imprensa dificilmente po-

de ser explicado somente pela preocupação jornalística de explorar os acontecimentos. Na verdade, a questão do aborto está hoje na ordem do dia em dezenas de países. No Brasil também interessa às mulheres eliminar a ilegalidade do aborto (o art. 126 do Código penal pune com pena de 1 a 4 anos quem provoca aborto com consentimento da gestante e o art. 124 com pena de 1 a 3 anos quem provoca aborto em si mesma ou consente que outro o provoque). Este interesse não é surpreendente quando se sabe que o número de abortos por ano no Brasil anda em torno de 3 milhões! Mas sua proibição pela lei, como bem analisa o documento das feministas, dificulta ou impossibilita que as mulheres exerçam o justo direito de controlar seus corpos e só interessa aos donos das clínicas clandestinas que cobram hoje, no Rio, de 7 a 20 mil cruzeiros.

A questão política

Mas afinal, por que a luta pelo direito ao aborto? A luta das mulheres pelo controle de seus corpos, além de reivindicar um justo direito, é um passo central para sua liberação e inscreve-se na sociedade de classes, dentro de uma perspectiva revolucionária. Um dos grandes méritos do movimento feminista é ter apontado a importância da questão do controle da reprodução.

Em nossa sociedade, o condicionamento do corpo a ser um instrumento de produção e jamais de prazer, é um dos instrumentos da dominação. No caso específico das mulheres, mesmo hoje, mais de 100 anos depois de terem começado a entrar no mercado de trabalho, toda a socialização as dirige preferencialmente à reprodução - única forma de produção vista como "natural" para o seu sexo.

A dominação sobre seus corpos se exerce através da assimilação de sua sexualidade à função reprodutora: esta ideologia aliada ao desconhecimento em que elas são deixadas quanto a seus corpos e os métodos anti-concepcionais, possibilita a manipulação da massa de mulheres. Elas são impulsionadas para o mercado de trabalho e submetidas a políticas anti-natalistas autoritárias ou forçadas a voltar a suas casas através de dificuldades de acesso aos empregos e à contracepção, de acordo com os interesses econômicos da classe (ou casta) dominante num dado momento. Não podendo controlar os corpos das mulheres, e portanto a própria reprodução da força de trabalho, o sistema perde um dos seus instrumentos essenciais de dominação.

A manifestação carioca do dia 16 indica que a luta pela legalização do aborto ensaia seus primeiros passos no Brasil. O acontecimento certamente terá repercussão entre as feministas das outras cidades. Com a palavra as mulheres.

ABORTO



As mulheres frente ao juiz

Brasil: 3 milhões de casos por ano "Denunciamos esta hipocrisia"

A nota lançada pelas mulheres cariocas

Uma notícia publicada no *Jornal do Brasil* de 9/1/80 chamou nossa atenção: a prisão de um médico e uma enfermeira acusados de praticar abortos na Clínica Jacarepaguá. Foram também presas as duas jovens supostamente submetidas ao aborto e seus respectivos noivos. Como feministas, queremos tomar posição não só frente ao caso em questão, mas de forma mais geral, com relação ao aborto. Esta questão é mais um elemento no contexto da opressão secular da mulher.

Nós, mulheres, desconhecemos nosso corpo e nada sabemos a respeito dos métodos de contracepção. A manipulação do corpo feminino se completa com a proibição do aborto, configurado como crime pelo Código Penal, passível de pena de prisão. E apesar disto, estima-se em 3 milhões o número de abortos por ano no Brasil! As condições em que são praticados são diretamente relacionadas com a classe social: para as mulheres de classe baixa, as fazedoras de anjos e os abortos sem nenhuma condição de higiene que quase sempre terminam em hemorragia e em curetagem a frio nos hospitais públicos; para as de classe média, existe nas grandes cidades uma rede para-legal de clínicas, onde as condições de atendimento podem ir de más a muito boas e o acesso às mesmas depende da capacidade financeira da paciente.

Nos fundamentos desta contradição hipocrisia, aqui conhecida pelo Estado e a sociedade civil - ilegalidade do aborto e profligação das clínicas privadas - encontra-se como pano de fundo, a questão da opressão da mulher e, especificamente, a política nacional de saúde, anti-social e promotora da assistência médica privada cujo único e imediato objetivo é o lucro e a comercialização da medicina.

Mas, mesmo se as mulheres de classe média têm acesso a clínicas melhores e nas quais o risco de vida é menor, o problema para elas não está resolvido: a configuração do aborto com crime lhes causa profundos traumas psicológicos, agravados pela repressão da sociedade e da família e pelas atitudes dos médicos e enfermeiras, raramente de solidariedade e comumente de chacota ou condenação. Agrava-se a situação com o perigo sempre presente de complicações com a justiça e o risco de prisão.

Dentre os 3 milhões de casos de aborto, ocorrem milhares de mortes, principalmente na população feminina pobre. Não obstante, verifica-se alta incidência de mortes e sequelas também entre mulheres de classe média que recorrem às clínicas particulares onde, devido à ilegalidade do aborto e à impossibilidade de exigirem melhor atendimento, embora paguem um preço

elevado, são impostas condições que só facilitam o lucro.

Como feministas, reivindicamos que as mulheres tenham o direito de controlar seus corpos, de optar por ter ou não filhos, em número desejado. Por um lado, isto implica em que elas tenham um amplo conhecimento de seus corpos e dos métodos anti-concepcionais, acesso a estes métodos e o direito ao aborto como último recurso. Por outro lado, é necessário também que as mulheres que desejam um filho tenham condições materiais para realizar sua maternidade. Por condições materiais entendemos salários decentes, assistência médica pública de boa qualidade, existência de creches, equipamentos coletivos e a socialização do trabalho doméstico.

Denunciamos, portanto, a hipocrisia da legalidade do aborto, defendemos a sua legalização e protestamos energicamente contra as prisões realizadas na Clínica de Jacarepaguá.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1980.

Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, Centro da Mulher Brasileira, Sociedade Brasil Mulher, CEAMI Centro de Estudos e Atendimento à Mulher e à Infância, Departamento Feminino da União Estadual de Estudantes RJ e Departamento Feminino do DCE-UERJ.

Para protestar contra a prisão das mulheres, do médico e da enfermeira envolvidos no caso da clínica de Jacarepaguá, no Rio, um grupo de mulheres se manifestou no Rio de Janeiro, pedindo que sejam enviadas cartas ao juiz e ao promotor que atuam no processo instaurado.

JUIZ: Alberto Mota Moraes
PROMOTOR: Rodolfo Cepia
4º Vara Criminal, Palácio da Justiça
Av. Presidente Antônio Carlos, 115,
Rio de Janeiro, RJ.

"Queremos ter os filhos que desejamos"

Das feministas de São Paulo

Nós, mulheres de São Paulo, tomamos conhecimento da prisão de 2 mulheres acusadas de terem abortado, do médico e da enfermeira que teriam praticado o aborto na Clínica de Jacarepaguá no Rio.

Juntamente com as mulheres do Rio de Janeiro, reivindicamos o direito das mulheres a controlarem seu corpo, o direito a informação sobre os métodos anticoncepcionais e o acesso a estes métodos, o direito a assistência ginecológica pública de boa qualidade.

Queremos ter os filhos que desejamos. Mas para isto necessitamos salários decentes, assistência médica, creches, escolas, equipamentos coletivos que nos são

negados por essa mesma sociedade que pretende condenar-nos. Essa sociedade que nos atribui a responsabilidade exclusiva no cuidado e na educação dos nossos filhos ao mesmo tempo que legalmente nos coloca em posição de inferioridade.

Denunciamos pois a hipocrisia da legalidade do aborto, defendemos sua legalização e protestamos contra as prisões realizadas no Rio.

S. Paulo, 19 de janeiro de 1980

(Associação das Mulheres, Grupo Nós Mulheres, Centro da Mulher Brasileira)

Uma luta internacional

Está em curso uma campanha internacional pelo direito ao aborto e à contracepção e contra a esterilização forçada. A movimentação começou em junho de 1979 na Inglaterra. A idéia já havia sido lançada anteriormente quando da realização de um encontro internacional de mulheres em Vincennes, na França, em maio de 1977. Aqui, um apanhado de como a mobilização veio se desenvolvendo na França no final do ano passado.

No fim do ano passado, a Assembleia Nacional francesa aprovou uma nova lei regulamentando o aborto. A lei, que leva o nome da Ministra Simone Veil, é uma versão invertida da velha legislação de 1920. Os diversos grupos feministas, incapazes de fazer mexer a Assembleia dominada pela direita, prometem continuar a agitação em prol de uma lei que realmente atenda às necessidades das mulheres.

Bastante acesa esteve a campanha pelo aborto livre e gratuito na França. Lá, a interrupção da gravidez ainda é regulada por uma lei de 1920, agora reafirmada, que proíbe a cobertura pelo Seguro Social das despesas com a operação e, ainda, faculta ao médico o direito de apelar para "razões de consciência", caso se recuse a realizar a intervenção. A política rapidamente tomou colorações políticas, com a direita encampando a tese "aborto é assassinato", e assim aproveitando para relatar que comunista é "comedor de crianças".

Mas, paradoxalmente, o PCF é a organização de esquerda menos favorável à legalização irrestrita do aborto.

Em todo o país, sob o patrocínio de diversas organizações da esquerda, sindicatos e grupos apolíticos, proliferam grupos de mulheres pela legalização e planejamento familiar.

Uma delas - grande importância - é a questão do prazo após a gravidez até a qual a mulher pode fazer o aborto. Nesse sentido, o PCF aparece com a proposta menos liberal, limitando a dois meses o prazo. A maioria das organizações no entanto, coloca a questão da seguinte maneira: fazer o aborto até o momento em que o feto não tem possibilidades de sobrevivência fora do útero.



Também é atacada a burocracia existente para se conseguir uma interrupção da gravidez, uma vez que a sua morosidade acaba tornando os abortos mais perigosos, uma vez que mais tardios. E mesmo impedem a realização do aborto em muitos casos, uma vez que, entre o pedido de interrupção e a permissão... esgota-se o prazo em que é permitida a operação. A politização do movimento é intensa, já que cada vez mais as mulheres, e alguns de seus parceiros, percebem o profundo sentido democrático da luta.

Todas as cláusulas restritivas demonstram que o estado deseja manter firmemente sob a sua tutela a planificação social relegando as mulheres ao papel de chocadeiras de mão de obra, cidadãs de segunda classe, irresponsáveis, que não tem nenhum direito de escolha ou controle sobre o seu corpo.

Um feto enrolado num jornal: um fato comum.

E os pobres?

Se em recursos para recorrer às clínicas, a maioria das mulheres brasileiras tem esta porta fechada e, habitualmente, buscam mais variados expedientes para se livrarem de uma gravidez indesejada. Muitos casos vão parar no Pronto Socorro, em virtude das consequências, às vezes fatais, de tais "métodos". Esta a fonte principal das informações a respeito. Mas, muitos outros, pelo que se pode depreender sugestivamente do leque de "métodos" abaixo, nunca saberemos ou mesmo conseguiremos imaginar.

Aqui, um resumo dos métodos abortivos mais comuns e dos mais chocantes a partir de uma pesquisa elaborada pelo jornal *Reporter* em sua edição nº 8:

Introdução de sondas, agulhas de triel, talos de mamona etc. no útero.

Introdução de substâncias cáusticas (soda, por exemplo) no útero;

Cláudia, 23 anos, estudante e professora de história, fez um aborto pela primeira vez. Quando ficou grávida não estava usando nenhum anti-concepcional. Antes aplicava a tábela, depois se convenceu de que não ficaria grávida nunca. A ginecologista que constatou a gravidez disse: "se você está a fim de abortar, faça-o, mas eu não posso ajudá-la. Volte aqui depois para um exame e trate de tomar um anti-concepcional, é sempre melhor do que um aborto."

A decisão estava tomada: "Não estava a fim de uma criança, não tenho uma vida estabilizada, entrei no mestrado agora, tenho um monte de coisas para fazer. Também não moro com meu companheiro e acho que mesmo se morássemos juntos eu não teria um filho agora."

Nas prisões

"Indicaram-me várias clínicas. Escolhi a que me parecia melhor. Era grande, com dentista e outros serviços médicos, melhor do que uma que tinha até porta de cofre. Em outra clínica a enfermeira controla a porta com uma tranca, as mulheres entram de 5 em 5. Há também clínica que dá brinde: um chaveiro e uma calcinha com os dizeres: 'Faça aborto, é natural'."

"Falei com a enfermeira e fui ver o médico. Desci numa espécie de labirinto. Entrei sozinha na sala: um quarto pequeno, uma mesa, a aparelhagem coberta. O médico entrou: Você não acha melhor acertar antes? Dei o dinheiro, Cr\$ 8.000,00. Ele contou, observou meu nervosismo. Não fiquei nervosa, é muito simples. Fiz a anestesia. Lembro vagamente que ele chamou minha amiga e depois que me levou para um outro quarto escuro. Não lembro de nada até que chegou uma enfermeira uma hora depois. Sentia-me mal e pedi para ver o médico, ele negou-se a vir e mandou um remédio. Fui embora. Não tomei antibióticos, só um analgésico, receitado por amigos. Nunca mais fui a ginecologista e continuo sem usar anticoncepcional regularmente."

Uma sensação de violência

"Tomei a decisão sozinha. Por mais que explicasse para meu companheiro ele não fazia idéia do que eu sentia. Só com outra mulher se pode falar. Não tive grilo em ter abortado mas sofri o desrespeito para com meu corpo, a sensação de não ter nenhum controle sobre o que faziam comigo, o clima de crime, de prisão, o medo."

"Mesmo assim não hesitei e não me arrependo. Por que? Minha irmã ficou grávida com 16 anos. Escondeu a gravidez até os 5 meses. Teve o filho. A vida dela passou a ser cuidar do filho. É difícil."



Um feto enrolado num jornal: um fato comum.

- Injeções de chás caseiros (canela e limão bravo) no útero;

- Injeções orais de medicamentos em altas doses como o Maturon;

- Injeções, no feto, através do útero, de substâncias que matam-no e provocam a expulsão;

- Saltar desde uma determinada altura para, pelo choque da queda, provocar um traumatismo no feto;

- "Cabacinha do nordeste": produto de injeção oral, da região, vendido em certas feiras no Rio de Janeiro que, segundo seus fabricantes, é "tiro e queda" para sístise e gravidez.

- Esquentar, de feto cozinhar, o útero ao vivo; foi o caso de uma mulher de idade que diz ter abortado sentando-se num monte de brasas.